

**ANAIIS DA 65ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC – RECIFE, PE – JULHO/2013**

Atividade: Mesa-Redonda (MR-31)

Título: POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O MESTRADO  
PROFISSIONAL

Instituição Proponente: ANPED

Coordenador: Alfredo Macedo Gomes (UFPE)

Participantes: Jefferson Mainardes (UEPG) e Leda Scheibe (UFSC)

Dia/Hora: 25/7/2013 - das 15h30 às 18h00

Local: Centro de Educação - Auditório (térreo)

Resumo:

O Mestrado Profissional e a formação de professores: problemas e perspectivas

Jefferson Mainardes

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Anped/Forpred

O presente trabalho apresenta um panorama das discussões sobre o Mestrado Profissional (MP) na área de Educação e da situação atual da oferta dessa modalidade nas áreas de Educação, de Ensino e pela CAPES. Indica-se que, na área de Educação, há 23 Cursos de Mestrado Profissional, em diferentes áreas, sendo a maioria em instituições públicas. Indica-se também que há uma discussão acumulada sobre o Mestrado Profissional no Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação – FORPRED, vinculado à Anped. Até o ano de 2009/2010, a área de Educação resistiu à implantação de Cursos de MP. A aprovação de Mestrados Profissionais, pela área de Educação na Capes, tem considerado questões altamente relevantes, tais como: qualidade do projeto, corpo docente (titulação, produção), condições de infraestrutura, entre outros aspectos. Informa-se que a criação de MPs na área de Educação tornou-se necessária na medida em que outras áreas e a própria Capes criaram Cursos de MP direcionados para Profissionais da Educação Básica. No entanto, a área não deixou de reafirmar que os mestrados acadêmicos, desde 1965, vêm cumprindo com competência, a formação de muitos professores que atuam ou que atuarão na Educação Básica. Por razões políticas e de ‘definição’ de prioridades e de ‘hegemonização’ de determinadas concepções, o MP ganhou força e não deixou de ser incorporado pela área. A partir de 2010, a Capes criou MPs direcionados a professores da Educação Básica nas áreas de Matemática, Letras, Física e Biologia. De modo geral, considera-se que a concepção de formação de professores nesses cursos, difere da concepção da área de Educação. O fato dos professores da Educação Básica (rede pública) que cursam MPs da área de Educação da rede pública não receberem bolsa, tal como os docentes de rede pública

que cursam o MP oferecido pela Capes cria uma diferenciação de tratamento para uma mesma categoria. No levantamento realizado para a Capes, constatou-se que os Programas de Pós-Graduação em Educação, em julho de 2013, possuíam 3.824 estudantes que são professores da Educação Básica em redes públicas, sendo 269 do MP, 2.576 do Mestrado acadêmico e 979 de Doutorado. A esse total, podem ser acrescidos 10 a 15% de margem de erro. O trabalho apresenta as seguintes perspectivas: a) necessidade de aprofundar o debate sobre MP e suas possíveis contribuições para a melhoria efetiva da qualidade da educação, bem como sobre as possíveis diferenças existentes entre a formação oferecida no MP da área de Educação e das demais propostas (Capes e outras áreas que ofertam cursos relacionados à educação e formação de professores); b) necessidade de realizar pesquisas que envolvam a análise dos resultados/consequências o investimento realizado pela Capes e pelas instituições que têm oferecido o MP para a melhoria efetiva da qualidade da educação. A análise dos resultados/consequências dos cursos oferecidos pela área de Educação também necessitam ser investigados de forma mais aprofundada. Indica-se, como uma possibilidade de avaliação de resultados/consequências, as questões indicadas por Dale (2010), as quase remetem o pesquisador para buscar compreender os fins sociais, econômicos, políticos e educativos das políticas e programas bem como os resultados individuais, particulares, públicos, coletivos e as consequências dessas políticas e programas para a equidade, democracia e justiça social; c) necessidade de revisão de toda a concepção de formação de professores na graduação e na pós-graduação, uma vez que o que se pode observar, na atualidade, é a existência de projetos e programas aparentemente difusos/dispersos. Nesse contexto, o desafio da formação de professores tem sido enfrentado com medidas paliativas e projetos isolados, sem que a estrutura mais ampla da educação e da formação de professores seja alterada e d) Necessidade de uma maior articulação entre as áreas de Educação e de Ensino, tendo em vista o compartilhamento de concepções comuns no que se refere à formação de professores, em especial a ideia de que essa formação envolve o domínio de conhecimento disciplinar e de formação pedagógica, de forma integrada.

Palavras-chave: Mestrado profissional. Formação de Professores. Política educacional